

POLÍTICA



Referência na Educação Básica, Milhã receberá diretores e coordenadores de Mato Grosso do Sul para intercâmbio

O ranking brasileiro da educação básica passa pelo Ceará. Com pontuação acima da média nacional, o município de Milhã, distante 300 quilômetros de Fortaleza e com pouco mais de 13 mil habitantes, está sendo case para Deodápolis, em Mato Grosso do Sul, que enviará um grupo de diretores e coordenadores para participar da Semana Pedagógica, de 23 a 25 de janeiro. Os oito gestores se juntarão aos 120 professores, numa imersão pautada nas melhores práticas pedagógicas e na troca de experiências. Milhã ocupa o 3º lugar no ranking brasileiro do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IoeB), com pontuação 6,6. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a pontuação é ainda maior: 8,6 nos anos iniciais e 6,3 nos anos finais (dados de 2021). Com 2.303 alunos matriculados, segundo o Censo Escolar 2022, Milhã teve zero reprovação e abandono. Um dado importante para o município, tendo em vista o retorno gradual das aulas presenciais após as dificuldades devido à pandemia da Covid-19, quando as dificuldades foram enormes para manter o cronograma de ensino à distância. "Há vários anos, temos nos destacado em relação aos índices educacionais, aparecendo sempre no cenário estadual e nacional por apresentar resultados significativos. Milhã tornou-se referência para vários municípios cearenses e também de outros estados", comemora o secretário de Educação, Renato Pinheiro. Ele explica que, em agosto de 2021, o prefeito Valdir Luiz Sartor e o secretário de Educação de Deodápolis, Adriano Pimentel, estiveram pela primeira vez no município. Munidos de informações e materiais disponibilizados pela gestão de Milhã, diretores e coordenadores de Mato Grosso do Sul participaram presencialmente desse intercâmbio educacional, sob a gestão do prefeito Luiz Alan Pinheiro Macedo e do secretário da pasta, Renato Pinheiro. "Quero parabenizá-los pelos altos índices do Ideb, colocando Milhã como referência nacional na qualidade do ensino da educação básica", expressou Adriano Pimentel, em ofício confirmando a participação de sua equipe na Semana Pedagógica de Milhã. Cabe destacar, ainda, que todos os professores efetivos de Milhã são pós-graduados e passam por formações contínuas disponibilizadas pelo Estado e Município. "Essa constante busca por formação, aliada aos investimentos que hoje vêm sendo feitos, equipando e dando suporte às nossas escolas, são um diferencial à parte que torna possível desempenhar um trabalho de qualidade e, consequentemente, a busca por resultados ainda melhores para o nosso município", pontua Renato Pinheiro.

Frase: "Não viva para que a sua presença seja notada, mas para que a sua falta seja sentida". Lembra do Bob Marley? É dele.



Vem pra Alece. A "Assembleia Itinerante" que a Casa Legislativa realizou ontem, no âmbito de Fortaleza, fez eleitor e alegria no universo político. A Alece mostrou ao sucessor de Fortaleza, assim como faz nas "Itinerantes" pelo interior, como a coisa funciona e os serviços que presta. Proveito político de qualidade.

As emendas

O governador Edmano (PT) recebeu o coordenador da bancada federal cearense, deputado Eduardo Bismarck (PDT) em Brasília. O Governo do Estado pediu R\$270 milhões aos parlamentares cearenses. A previsão é de que a definição das emendas de 2024 seja realizada ainda em outubro.

O réveillon

Prefeitura de Fortaleza lança realização nacional do Réveillon 2024. Lançamento ocorre em São Paulo amanhã, terça-feira (24/10). Prefeito José Sarato anunciará os preparativos da maior festa da virada da história da Capital cearense.

Mais informações de Macário Batista:
e-mail: macariobatista@uol.com.br

macariobatista.blogspot.com

Desoneração. A votação do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento deverá ocorrer nesta terça (24). Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Impasse entre senadores e pedido de vista adiaram a análise, que seria passada (17). O relator, Angelo Coronel (PSD/BA), é contra mudanças feitas na Câmara, segundo a Agência Senado.

Marcado de depoimento de Moro em ação que pode cassar o ex-juiz

Senador pode prestar depoimento ao TRE/PR no dia 16 de novembro, junto com os suplentes; testemunhas serão ouvidas nesta semana

FOTO MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Dois ações que pedem a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.

Ao longo de setembro e outubro, a fase de produção de provas caminhou com a inclusão de documentos solicitados pelas partes. Negado pelo relator anterior, o pedido de oitiva de Moro foi agora deferido pelo desembargador D' Artagnan Serpa Sá, que assumiu a relatoria do caso com o fim do mandato de Mário Helton Jorge no TRE, em julho.

A defesa do ex-juiz da Operação Lava Jato disse à reportagem que ainda não está decidido se Moro prestará ou não o depoimento. A professora de Direito Eleitoral e coordenadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradej), Anna Paula Mendes, explica que o senador pode tanto informar antes que não quer depor quanto simplesmente não comparecer. "A jurisprudência é pacífica dizendo que não tem essa obrigatoriedade de depor".

As ações, que tramitam conjuntamente, foram apresentadas pelo PL do Paraná e pela federação formada por PT, PV e PC do B e querem a realização de nova eleição para senador no Estado. Após a tomada de depoimentos, o mais provável é que a fase de instrução se encerre e que as partes tenham que apresentar as alegações finais. Já a inclusão do julgamento na pauta depende do presidente do TRE.

"O processo tem que ser julgado necessariamente pela composição comple-



Processos pedem a cassação do mandato e a inelegibilidade do parlamentar e dos suplentes no Senado

ta do TRE, o relator e mais outros seis desembargadores", segundo o membro da coordenação acadêmica da Abradej, Volgane Carvalho. Ele aponta serem necessários quatro votos para eventual perda do mandato e que um recurso, caso aceito, teria o efeito de suspender a punição até decisão final do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se o julgamento ficar para 2024, passará para um novo relator, já que o mandato de Serpa Sá termina em 14 de dezembro.

O PL argumentou na ação que teria havido pré-campanha irregular por parte do ex-juiz e traçou linha narrativa partindo desde a filiação dele ao Podemos, em novembro de 2021, quando o juiz senador ainda mirava a disputa à Presidência da República. Entre as principais frentes de gastos na mira da ação do PL está a produção de vídeos e publicidade, pesquisas eleitorais, segurança privada, veículo blindado, consultoria jurídica, afir-

mando que a maioria deles teria sido realizada de forma disfarçada, como se fossem contratações para atividades partidárias, e não eleitorais. Para o PL, o volume de despesas em benefício de Moro foi excessivo quando comparado ao teto de gastos da eleição ao Senado. Eles afirmam que desconstruir esse fato abrirá "precedentes hediondos" para futuros pleitos.

Perto do prazo final para trocas partidárias, em 2022, Moro abandonou o Podemos, anunciando filiação ao União. Ele tentou candidatura por São Paulo, mas a transferência do domicílio eleitoral, do Paraná para São Paulo, acabou vetada pela Justiça Eleitoral.

Na investigação, os diretores estaduais e nacionais do Podemos e União, além das fundações ligadas aos dois partidos, foram obrigados a apresentar todos os documentos que comprovam pagamentos relacionados ao período de pré-campanha de

Moro. Notas fiscais e outros papéis já foram entregues e estão sendo analisados.

Testemunhas

Estão agendados os depoimentos de sete testemunhas listadas pelo PL e pelo PT, incluindo nomes como o publicitário Pablo Nobre, que tinha sido anunciado como marqueteiro da campanha de Moro à Presidência. Da defesa, são três testemunhas, entre elas o coordenador da força-tarefa Lava Jato Deltan Dallagnol, que foi eleito deputado federal pelo Podemos, mas teve o mandato cassado.

A defesa do senador em dito que a vitória de Moro nas eleições "não decorreu da pré-campanha, mas sim da notoriedade alcançada pelo trabalho como juiz e fatos alcançados pela Lava Jato" e que "não houve ilegalidade nas contratações de pré-campanha".

www.cestadoce.com.br

<p>Professora Municipal de Ed. - Anísio de Abreu - A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco de Assis, 200, Fortaleza - Ceará. A Ação requer a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.</p>	<p>Professora Municipal de Ed. - Anísio de Abreu - A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco de Assis, 200, Fortaleza - Ceará. A Ação requer a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.</p>
<p>Professora Municipal de Ed. - Anísio de Abreu - A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco de Assis, 200, Fortaleza - Ceará. A Ação requer a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.</p>	<p>Professora Municipal de Ed. - Anísio de Abreu - A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco de Assis, 200, Fortaleza - Ceará. A Ação requer a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.</p>
<p>Professora Municipal de Ed. - Anísio de Abreu - A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco de Assis, 200, Fortaleza - Ceará. A Ação requer a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.</p>	<p>Professora Municipal de Ed. - Anísio de Abreu - A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Francisco de Assis, 200, Fortaleza - Ceará. A Ação requer a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador Sérgio Moro (União/PR) e dos suplentes avançaram no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR). Para esta semana foram marcados os depoimentos das testemunhas e, para 16 de novembro, os dos investigados.</p>